

Clube acusado de invasão no Lago Norte

Arthur Herdy

O Governo do Distrito Federal já está apurando a denúncia do prefeito do Lago Norte, Marcos Pimenta, de que o Clube do Congresso invadiu 75 mil metros quadrados de áreas públicas anexas à sua sede campestre, no Lago Norte. Segundo o diretor da Divisão de Fiscalização e Obras Públicas (DFOP), Paulo Costa, o Departamento de Topografia faz, no momento, um minucioso levantamento da área em questão.

Disposto a reintegrar o terreno aos moradores, o prefeito garante que, caso o GDF não consiga retomá-lo, vai entrar com uma ação popular na Justiça. "A área foi ocupada ilegalmente e o clube deixa de recolher 10 milhões de cruzeiros mensais aos cofres do Governo, pelo uso do solo. Isso é um crime de lesa-pátria", ressaltou.

O administrador da sede campestre, Francisco Júnior de Carvalho, afirma que toda a área questionada pelo prefeito está regulamentada e pertence ao clube desde a sua fundação, em 1960. "Acho que este senhor está equivocado", ressaltou Francisco Júnior. Ele disse, ainda, que até hoje (ontem) não havia recebido qualquer notificação do GDF sobre a denunciada "invasão".

Praia

A área causadora do litígio entre o prefeito Marcos Pimenta e o Clube do Congresso fica ao lado esquerdo da sede campestre, em local privilegiado, à beira do Lago Paranoá, com praia artificial e setor reservado ao camping. Conta com dez churrasqueiras, um coreto pa-



A área "invadida" é de 75 mil metros quadrados e já tem churrasqueiras e campos de futebol

ra apresentações musicais, banheiros e vagas para trailers e motores home. Ainda, um campo de futebol com refletores para eventos noturnos e um de futebol society.

Um cais serve aos frequentadores que saem a passear de lancha. O visual não poderia ser melhor: do outro lado do Lago estão a concha acústica e o Palácio do Alvorada. Na margem do Lago Sul, na di-

reção da Vila Paranoá, desponta a Ermida Dom Boco, um dos monumentos da cidade.

Segundo afirma Marcos Pimenta, o clube não invadiu somente as áreas públicas, mas foi além: incorporou um terreno da Mitra Metropolitana, doado ao Vaticano há muitos anos. Ele não admite o que chama de "omissão" dos parlamentares. "Eles sabem que o seu clube

invadiu uma área que não lhe pertencia", acentuou.

Desrespeito

"É muito curioso que o clube frequentado pelos formuladores das leis do País, não respeite as mesmas leis que ele elaboraram. Dali deveria sair a escola do cumprimento da legislação, mas parece que o efeito nasceu ao contrário", disse Marcos Pimenta, desafiando

a diretoria do clube a apresentar a documentação de posse do terreno.

Francisco Júnior afirma que as plantas estão guardadas na Câmara dos Deputados e serão mostradas de público ou na Justiça, se isso se fizer necessário. Ontem, o **Jornal de Brasília** tentou ouvir o presidente, do clube, deputado Ruberval Pilloto, mas não conseguiu.

O diretor do DFOP, órgão ligado à Administração Regional do Plano Piloto, Paulo Costa, disse que ainda não tem meios de afirmar se houve ou não invasão de áreas públicas. Se resguardando, ele disse que o assunto foi encaminhado, em primeira instância, ao Departamento de Topografia, para que analise a denúncia. O prazo final para a apresentação da consulta, segundo Paulo Costa, não é curto. "Estamos com muito trabalho e não posso precisar quando sairá o resultado", disse.

História

O Clube do Congresso nasceu com a nova capital, em 1960. Em 1966, inaugurou a sede campestre em área doada pelo Governo, no final do Lago Norte. Em 1971, abriu a sede urbana, na Quadra 901 Sul. Congrega, além dos parlamentares e familiares, funcionários das duas casas do Congresso Nacional.

De acordo com o administrador, Francisco Júnior, o clube é democrático e aberto a qualquer pessoa. "Quem quiser pode se associar. Basta que preencha uma proposta e consiga a assinatura de dois parlamentares. Em seguida, é só pagar uma jóia de Cr\$ 100 mil e uma mensalidade de Cr\$ 5.500,00 para frequentá-lo", conclui. (A.H)